



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

## **INTERPELAÇÃO ESCRITA**

### **Estabelecimento de um sistema de apoio à natalidade baseado na cooperação entre o Governo, a população e o sector empresarial**

Macau tem vindo a enfrentar um declínio da taxa de natalidade nos últimos anos. No ano passado (2022), nasceu um total de 4344 bebés, sendo então de 6,4/1000 a taxa de natalidade, a mais baixa desde 1985. É de notar que, no primeiro semestre deste ano (2023), se registaram apenas 1907 recém-nascidos, uma diminuição de 258 bebés em relação ao mesmo período do ano passado, sendo previsível que a taxa de natalidade neste ano se torne ainda mais crítica. A baixa taxa de natalidade é um problema comum nos países ou regiões desenvolvidos, porém, segundo os inquéritos do exterior, a situação em Macau nos últimos anos ultrapassou a de países ou regiões da Europa e dos Estados Unidos da América, cuja taxa de natalidade tem sido sempre baixa, o que afectará, gravemente, a competitividade e o desenvolvimento sustentável da sociedade de Macau no futuro.

De facto, para incentivar as pessoas a terem filhos, o Governo adoptou, nos últimos anos, uma série de medidas, incluindo a escolaridade gratuita durante 15 anos, o aumento do subsídio de nascimento e a melhoria dos serviços de creches e serviços domésticos. Além disso, com a alteração, em 2000, da Lei das relações de trabalho, a licença de maternidade remunerada foi aumentada para 70 dias, a par da introdução da licença de paternidade remunerada, que são dignas de reconhecimento. Entretanto, é lamentável que não se tenha registado qualquer melhoria ao nível do estímulo à



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

procriação. São, de facto, variados os factores que afectam a vontade de procriação e, no processo de optar por ter ou não filhos, a maioria de residentes é afectada por vários factores principais de longo prazo, como a situação financeira da família, a prestação de cuidados, o desenvolvimento individual, o ambiente em que as crianças crescem, etc. Ora, os factores da situação financeira da família e dos cuidados à família têm a ver com o apoio do Governo e as remunerações e regalias das empresas, e as empresas, especialmente as PME, têm de ter em conta as questões como a mão-de-obra operacional e efectiva, e os custos do apoio às suas empregadas para dar à luz, etc., por isso, tudo está interligado.

Por conseguinte, apesar de a procriação ser uma opção individual, isto implica a responsabilidade comum de toda a comunidade, sendo então necessária uma reflexão conjunta sobre a futura direcção viável inerente à política de natalidade e à política demográfica. A este respeito, não só tal exige um planeamento a curto, médio e longo prazo na sequência da resolução dos problemas através dos trabalhos do topo da pirâmide, como também é necessário tomar medidas meticulosas mais práticas e prospectivas para reforçar os incentivos à natalidade, estabelecendo um sistema de apoio à natalidade baseado na cooperação entre o Governo, a população e o sector empresarial, de modo a inverter ou a acabar, eficazmente, com a tendência de declínio da taxa de natalidade.

Interpelo, então, o Governo sobre o seguinte:

1. Para minimizar o impacto negativo do declínio da taxa de natalidade para a sociedade e a economia, as autoridades devem tomar como referência a experiência



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

do País e do exterior na definição da acção governativa para o próximo ano, elaborando um plano a longo prazo inerente à política demográfica, bem como definindo uma estratégia geral e um pacote de medidas complementares para o incentivo à natalidade, incluindo o aperfeiçoamento dos cuidados e da educação, das medidas amigas da família, dos incentivos económicos e do ambiente habitacional, de modo a incorporar os conceitos de incentivo ao aumento da taxa de natalidade num leque mais vasto de áreas de acção governativa. Vão fazê-lo?

2. A implementação de medidas amigas da família por parte das empresas tem um impacto positivo nos trabalhadores para cuidarem melhor dos seus filhos e aumentar a sua vontade de ter filhos. Porém, como as PME se mantêm como maioria no leque das empresas em Macau, as mesmas necessitam de mais apoio do Governo no processo de implementação de medidas amigas da família. No passado, o Governo implementou a política transitória “Medidas do subsídio complementar à remuneração paga na licença de maternidade” no processo do prolongamento da licença de maternidade remunerada, mas esse subsídio terminou já. Em resposta à minha interpelação no início deste ano, as autoridades afirmaram que iriam proceder à avaliação das referidas medidas do subsídio complementar. Qual é o ponto da situação? No futuro, as autoridades devem concretizar, de forma regular, a atribuição de um subsídio, e o modelo da “prevalência do Direito sobre os subsídios” deve ser aplicado a outras medidas amigas da família, para encorajar, mediante acções práticas, mais empresas a implementar medidas amigas da família. Vão fazê-lo?

3. Nos últimos anos, as diversas províncias e cidades do Interior da China ou de outros países e regiões mais avançados adoptaram, de um modo geral, diferentes



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

formas de medidas de apoio financeiro em prol de incentivar a procriação, a fim de aliviar a pressão dos pais ao cuidarem dos seus filhos. Segundo consta, Hong Kong vai ter um planeamento semelhante. A este respeito, que planeamento vai ser definido nas LAG para o próximo ano?

20 de Outubro de 2023

**A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,**

**Wong Kit Cheng**